

comunicado da  
DIRECÇÃO GERAL da A.A.C.

n.º 21

3/12/74



O ano lectivo de 73/74 está praticamente encerrado e nalgumas Faculdades iniciam-se já os preparativos para o início de uma nova época escolar.

A Direcção Geral julga no entanto ser seu dever não terminar o mandato para que foi eleita sem que aos estudantes seja lançada a perspectiva de urgentemente se debruçarem sobre problemas face aos quais devem tomar firme e decidida posição:

- A SUPERLOTAÇÃO NAS ESCOLAS
- A CRIAÇÃO DA UNEP
- A APROVAÇÃO DOS NOVOS ESTATUTOS DA A.A.C. e do M.A. em COIMBRA

Uma das mais graves sequelas da Universidade legada pelo fascismo para além do esclerosado dum ensino autoritário e desinserido duma prática social democrática e progressista, é a exiguidade das instalações, o reduzido número de pessoal docente, e o sub-equipamento dos edifícios escolares.

O sorvedouro de despesas com as criminosas guerras coloniais levaram o governo fascista à política de secundarização do ensino tornando-se prática corrente os ridículos investimentos no desenvolvimento da investigação e da cultura e acentuando-se os fracos índices de aproveitamento escolar pela acumulação desnecessária de estudantes nas escolas sem que isso correspondesse a nenhuma democratização real do acesso ao ensino.

Após o 25 de Abril novas causas vieram concorrer para agravar o problema que se desenhava e a deterioração das condições de acesso à Universidade pela atenuação das bitolas normais de selecção; o apreciável aumento de candidaturas "ad hoc" atraídas por facilidades que se anteviam; o afluxo de contingentes especiais de alunos das colónias (principalmente ex-militares) e do estrangeiro (nomeadamente exilados políticos regressados) contribuem para que em vez de 12 mil alunos inscritos pela primeira vez em 73/74 tenhamos este ano cerca de 29 mil estudantes candidatos ao ensino superior...

Segundo o M.E.C., a capacidade de instalações escolares é diminuta e a possibilidade de resposta à actual situação de superlotação pela construção acelerada não é suficientemente rápida; o pessoal docente é insuficiente e sobrecarregado; e o agravamento inevitável da qualidade do ensino não beneficia em nada os actuais esforços no caminho da Democratização do ensino...

- Como responder a esta situação?
- Como conjugar estes dados de facto com o inalienável direito ao ensino das amplas massas de jovens?

A Direcção Geral não tem soluções acabadas a apontar aos estudantes e ao M.E.C. Sabemos que só após uma análise e apreciação cuidada do problema se poderá partir para a compreensão mais profunda das dificuldades que se levantam e dos moldes de as ultrapassar.

Deí que apelamos para a presença de todos os estudantes e novos Alunos na QUARTA-FEIRA, DIA 4 às 14,30 HORAS, no TEATRO GIL VICENTE, num colóquio sobre este tema em que estarão também presentes o SINDICATO DOS PROFESSORES, a INTERSINDICAL e as COMISSÕES DE GESTÃO DAS FACULDADES.

A necessidade de construção da UNEP coloca-se como prioritária para os estudantes Portugueses, pois estes estão conscientes de que os seus objectivos de luta, inseridos e apoiados nas necessidades e aspirações do Povo Português, tomam cada vez mais uma dimensão Nacional.

Face às perspectivas e reais possibilidades de actuação do M.A., há que lançar desde já as bases de uma organização associativa representativa de todos os estudantes portugueses - A UNEP.

No encontro nacional de Direcções efectuado em Coimbra em 9/11/74, aprovaram as Direcções das AA.EE as linhas gerais de trabalho que deverão presidir à criação da UNEP - decisão de vital importância para o M.A. que corresponde efectivamente à sua força, à nova situação política que se vive no País e às aspirações das massas estudantis.

Há pois que pôr à discussão dos estudantes estes importantes documentos já tornados públicos, aproveitando para tal todas as reuniões de curso, faculdade, etc.

Dentro de breves dias será posto à consideração da Academia o projecto de novos Estatutos para a Associação e para o Movimento Associativo em Coimbra que a Direcção Geral tem em preparação.

Documento sindical necessário à consolidação da organização sindical estudantil e ao normal funcionamento da A.A.C., que hoje se rege por um lacónico regulamento mínimo manifestamente insuficiente e claramente provisório, ele terá de ser estudado e debatido atentamente pelos estudantes de Coimbra.

Nos seus cursos, nas suas escolas, e em colóquios e mesas-redondas, que serão promovidas, os estudantes vão ser chamados a pronunciarem-se sobre a lei que no futuro irá reger as suas actividades académicas.

Todas as propostas de alterações, correcções e emendas que venham a sugerir-se serão consideradas pela Direcção-Geral, e numa futura Assembleia Magna possivelmente a realizar no início de Janeiro, o texto será posto à votação e aprovação da Academia.

Apelamos, pois, a que os estudantes estejam atentos à publicação do projecto de Estatutos e discutindo-o, contribuam para a eliminação das possíveis lacunas do texto e enriquecimento do seu conteúdo.

Com a aprovação dos novos Estatutos, ficam criadas as condições para a realização do próximo acto eleitoral para os Corpos Gerentes da A.A.C. e a Direcção Geral julga que tais eleições poderão ter lugar no final de Janeiro, decorrendo durante esse mês a campanha eleitoral.

Aliás, pensa a Direcção Geral que esse período deverá ser aproveitado para uma ampla discussão e debate sobre uma série de questões e problemas que afectam e interessam neste momento aos estudantes, desde a Democratização do ensino à criação da UNEP, desde os Princípios do Movimento Associativo até ao funcionamento da A.A.C.

Solucioner os problemas de superlotação e reestruturar a escola, criar e consolidar a UNEP.

Aprovar os Estatutos e fortalecer o Movimento Associativo.

Deverão ser os objectivos e as perspectivas dos estudantes de Coimbra.

A Direcção Geral apele para que em reuniões de curso e de faculdade, se abra o debate sobre estas temas, tomando sobre eles, os estudantes, posição e podendo assim participar na resolução dos problemas da nossa escola.

A DIRECÇÃO GERAL DA A.A.C.